

CONVERGÊNCIAS ENTRE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E INVESTIMENTOS EMPRESARIAIS – CINCO ONDAS EM MOVIMENTO –

César Manoel de Medeiros

Membro do Conselho de Administração da CEMIG

RESUMO

O Brasil está estruturando modelo de amplo mercado de massas e de expansão do mercado doméstico para sustentar um novo ciclo de crescimento de longo-prazo. Tem na inclusão e ascensão social, na redução das desigualdades sociais e regionais, na erradicação da miséria e da pobreza extrema, o objetivo de constituir uma nação predominantemente de classe média. Políticas públicas e programas governamentais vem sendo implementadas para estimular investimentos empresariais em infraestrutura, na expansão industrial e modernização tecnológica e na estratégia nacional de defesa para garantir aumentos da produtividade e evitar pressões inflacionárias. Proposições de financiamentos visam acelerar o processo em curso.

*Desenvolvimento, Governo, Empresas, Convergências, Financiamentos

SUMÁRIO

1–NOTAS INTRODUTÓRIAS

2– O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO EM CURSO NO BRASIL

3– INVESTIMENTOS E AUMENTOS DE PRODUTIVIDADE

4–CONVERGÊNCIAS ENTRE INVESTIMENTOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS - CINCO ONDAS EM MOVIMENTO

4.1- Inclusões Sociais e Investimentos em Bens de Consumo, Automóveis e Moradias

4.2- Programas Brasil Maior e Estratégia Nacional De Defesa – Aumentos da Produtividade e da Competitividade

4.3- Relações Brasil/China – Negociações de Potenciais Parcerias

4.4- Aumentos da Competitividade Sistêmica – PAC (Programa De Aceleração Do Crescimento)

4.5- Nova Postura do Banco Central – Convergências Entre Política Fiscal e Política Monetária, e Entre Desenvolvimentismo e Ortodoxia

5–FINANCIAMENTOS DE INVESTIMENTOS – ALGUMAS PROPOSIÇÕES

6– COMPETITIVIDADE – OBSERVAÇÃO ADICIONAL

APÊNDICE – ALGUMAS NOTAS SOBRE PRODUTIVIDADE DO SETOR SERVIÇOS E DO COMÉRCIO

1 – NOTAS INTRODUTÓRIAS

Países que conseguiram crescimento econômico prolongado (EUA, Alemanha, Japão, Coréia do Sul, Brasil, China, entre outros) reuniram convergências entre o Estado indutor do desenvolvimento.

Durante um longo período, de 1930 a 1980, o Brasil experimentou um ciclo de crescimento (“milagre econômico” entre 1967/79) baseado no tripé – setor produtivo estatal, multinacionais e empresas privadas nacionais. As taxas de investimentos atingiram entre 25 e 28% a.a. em relação ao PIB, o qual registrou crescimento médio de 7% a.a. durante o período.

Já no período entre 1985 e 2005, as taxas de investimentos em relação ao PIB oscilaram bastante e decresceram a níveis inferiores a 15%. O crescimento médio do PIB foi inferior a 3% a.a..

Este texto pretende destacar as características do novo modelo de desenvolvimento em curso no Brasil, o qual visa, através da estruturação de um amplo mercado de massas. **O segundo objetivo diz respeito às necessidades de formação bruta de capital fixo para sustentar um crescimento médio de 5% a.a. nos próximos anos. Tendo em conta o aumento da produtividade de bens de capital e da construção civil observados nos últimos anos no Brasil, algumas hipóteses chamam atenção que poderá ser possível obter um crescimento médio de 5% a.a. com menores requisitos de investimentos em relação ao PIB.** O terceiro objetivo procura chamar a atenção para ondas em movimento de convergência entre estratégias de investimentos empresariais e programas governamentais estratégicos (bolsa família, valorização do salário mínimo, abundância de crédito, PAC, MCMV, Brasil Maior, END, entre outros).

2 – O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO EM CURSO NO BRASIL

O Brasil está estruturando, desde 2004, longo ciclo virtuoso de desenvolvimento baseado na redução de desigualdades sociais e regionais através da estruturação de amplo mercado de massas.

Programas governamentais de transferência de renda de valorização do salário mínimo; de promoção do nível de emprego de expansão e de maior acesso ao crédito viabilizam elevações do consumo das famílias. As elevações dos níveis de consumo promovem a expansão do mercado interno e estimulam investimentos em aumentos e em modernização da capacidade produtiva, os quais proporcionam aumentos da produtividade, tanto do trabalho, quanto do capital. A expansão da capacidade produtiva gera empregos que elevam a renda disponível, que gera nova onda de consumo e assim por diante.

A sustentação de um longo ciclo virtuoso com tais características exige constantes movimentos da produtividade dos fatores para evitar pressões inflacionárias. A produtividade é, portanto, a variável chave para garantir a sustentação do ciclo em curso.

A produtividade do capital pode ser obtida através da modernização tecnológica (novos processos, novos produtos, melhorias de gestão, aumentos de escala), enquanto a produtividade da mão de obra exige melhores níveis de educação e de especialização

profissional. Já o aumento da produtividade sistêmica depende da implementação de projetos de infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, plataformas para armazenagem e movimentação de cargas) e de expansão da matriz energética favorável ao meio-ambiente.

3 – INVESTIMENTOS E AUMENTOS DE PRODUTIVIDADE

Os governos Lula e Dilma vêm adotando medidas que visam estimular investimentos. A meta atual é alcançar 21% em relação ao PIB, já em 2012. Depois de ter superado 19% em 2008, mas ter caído em 2009 para 16,9% e apresentado recuperação em 2010 para 18,5%, estima-se que o investimento sobre o PIB tenha ficado próximo a 19% em 2011. (Ver quadro abaixo).

O Brasil do último Ciclo

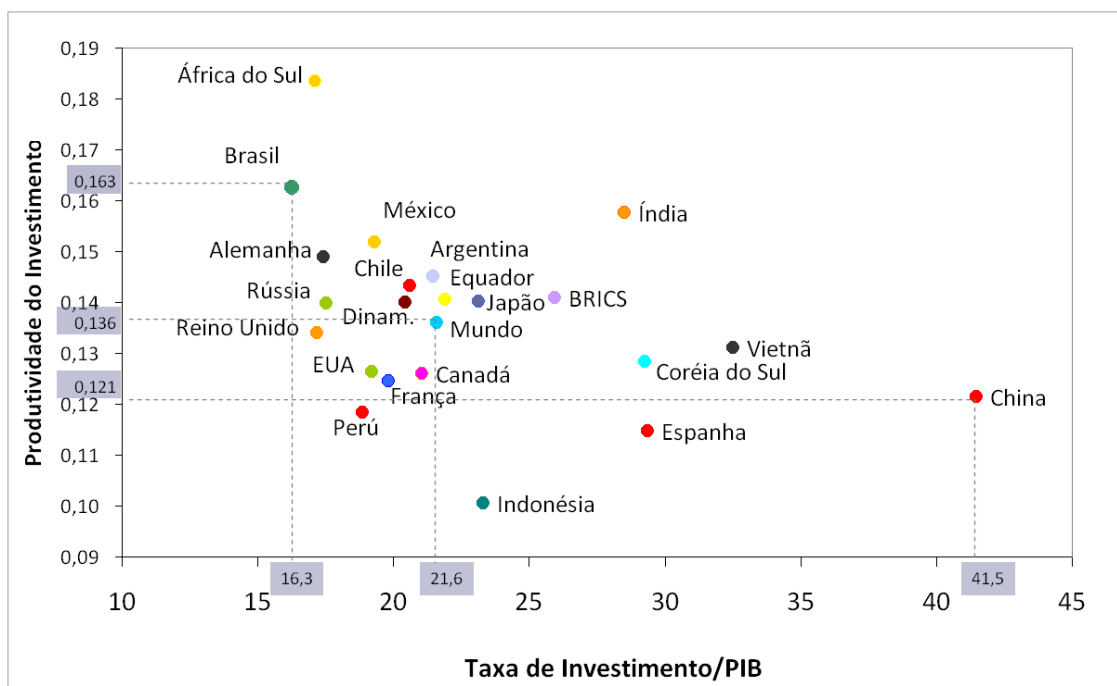
PIB, população ocupada, desemprego e investimentos

Ano	PIB* (em %)	Ocupados* (em %)	Desempregados** (em %)	Taxa de Investimentos***
2004	5,71	2,87	11,7	16,1
2005	3,16	2,63	10,0	15,9
2006	3,96	1,90	10,1	16,4
2007	6,09	2,55	9,5	17,4
2008	5,16	3,36	8,0	19,1
2009	-0,64	0,73	8,2	16,9
2010	7,49	3,49	6,7	18,5
Média	4,42	2,51	9,17	17,2

Fonte: IBGE. *Variação real em relação ao ano anterior.**Taxa média no ano.***Média anual, a preços correntes, obtida a partir da relação entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o PIB nominal.

Fernando Puga e Gilberto Borça Jr., em Visão do Desenvolvimento nº95 – BNDES – destacaram a elevação da produtividade de máquinas e equipamentos no Brasil em relação a vários países e concluíram que a produtividade do investimento no Brasil não é inferior à dos países selecionados, inclusive China e EUA.

Produtividade Do Investimento (*) Mundial, dos BRICS e em Países Selecionados (2005)



Fonte: Banco Mundial (2005), De Long & Summers (1998). Elaboração APE/BNDES
 (*) elevação da taxa de crescimento da economia decorrente da elevação de 1 p.p. da taxa de investimento

A crescente disponibilidade de processos tecnológicos e de modernas máquinas e equipamentos, como citados abaixo, mostram, tanto no caso da construção pesada, quanto em edificações, que também a construção civil reúne plenas condições para elevar a produtividade de investimentos no Brasil.

Existem, portanto, razões otimistas, concretas, para supor menores necessidades de formação bruta de capital fixo nos próximos anos, em relação ao observado durante o período de 1950 a 1980 para obter as mesmas taxas de crescimento do PIB. Entre as principais hipóteses, que deverão merecer qualificada pesquisa para confirmá-las, cabe enfatizar:

- declínio dos preços de bens de capital em relação aos preços de commodities, de produtos e de serviços finais (ver Castro¹). Segundo dados da ONU, entre 1985 como ano

¹ O INCONFORMISTA – Tendências Pesadas – Homenagem do IPEA ao Mestre ANTÔNIO BARROS DE CASTRO – Organizadores: Ana Célia Castro e Lavínia Barros de Castro – IPEA.2011

base igual a 1, o preço relativo do investimento fixo em termos do PIB caiu de 1,14, em 2004, para 1,05, em 2010. De acordo com o IEDI, o preço relativo do investimento fixo em termos de bens de consumo final (consumo das famílias e consumo do governo) também tem recuado quase que em igual grandeza. (IEDI – Carta 500 de 30/12/2011);

- movimento recentemente observado no comércio exterior brasileiro mostra que tem havido aumentos de preços de componentes de várias commodities superiores aos aumentos de preços das próprias commodities;

- ganhos de escala e de eficiência no uso de bens de capital via processos modernos de gestão (Kanban, Just-In-Time, TQM);

- emparelhamento tecnológico (*catching up*) de vários setores industriais e de serviços, na medida em que adotam tecnologias disponíveis capazes de diminuir custos de produção e menores dispêndios com pesquisa, desenvolvimento e inovações;

- diminuição da divisibilidade técnica de máquinas e equipamentos capaz de reduzir descompassos entre a oferta e a demanda, e que possibilita minimizar possíveis ociosidades (exemplo: laminadores de aços de menor tamanho em comparação com laminadores de 30 anos atrás);

- utilização intensiva de máquinas e equipamentos que já incorporam TIC (Tecnologia da Informação e da Comunicação) reduzem custos de uso e aumentam a produtividade de bens de capital;

- adoção de processos tecnológicos avançados capazes de reduzir tempos, movimentos e custos de transação em setores intensivos em capital, tais como: mineração e siderurgia (ver DEVEX - SMARTMINE); logística, portos, terraplanagem, construção de usinas, rodovias e ferrovias (ver DEVEX – SMARTCARGO).

Nos casos de edificações e pavimentações, tanto a utilização de modernos equipamentos, quanto aproveitamento de resíduos sólidos, de materiais mais eficientes e mais baratos, também minimizam tempos e movimentos e custos de produção;

- locação crescente de máquinas e equipamentos pelas construtoras responsáveis pelas grandes obras, junto a empresas especializadas do País e do exterior. Ou seja: diferentemente de décadas anteriores, as construtoras não necessitam adquirir máquinas e equipamentos para suas obras, na medida em que crescem disponibilidades oferecidas por lojas especializadas em locação;

Em suma: as suposições elencadas, que **sugerem amplo programa de pesquisa**, sintetizam possibilidades de importantes inovações que poderão proporcionar menores necessidades de capital por produto e de formação bruta de capital fixo em relação ao PIB nos próximos anos no Brasil. É provável que 19/20% de investimentos em relação ao PIB possam proporcionar crescimentos anuais médios do PIB em torno de 5% a.a., durante o período previsto para implementação do PAC, do MCMV e também de obras prioritárias de governos estaduais e municipais.

O Brasil dispõe de fontes de recursos (lucros empresariais crescentes, linhas de financiamentos, mercado de capitais, fundos de investimentos e parcela do próprio orçamento público) capazes de eliminar a necessidade de efetuar maiores esforços para reduzir o consumo visando aumentar a poupança, e será plenamente factível estimular investimentos antes de formação prévia de poupança.

Em poucas palavras: será compatível continuar incentivando, tanto o consumo, quanto os investimentos, como estratégias para garantir a expansão da produção e do emprego nos próximos anos, como previsto pelo modelo de desenvolvimento em curso no Brasil.

4 – CONVERGÊNCIAS ENTRE INVESTIMENTOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS - CINCO ONDAS EM MOVIMENTO

Estão em movimento cinco ondas de convergências entre decisões de investimentos empresariais e programas governamentais estratégicos, porém, com intensidades e velocidades diferentes.

4.1- Inclusões Sociais e Investimentos em Bens de Consumo, Automóveis e Moradias

A primeira onda em movimento diz respeito às convergências entre políticas de inclusão social e investimentos de indústrias de bens duráveis, de semiduráveis e de consumo corrente, bem como de diversos segmentos do setor serviços que pretendem conquistar classes sociais de menor poder aquisitivo (expansão da rede de agências e de correspondentes bancários; novas modalidades de seguros, de planos de saúde, de pacotes turísticos e de faculdades mais baratas para conquistar a população de menor renda).

Cabe chamar a atenção às decisões de investimentos empresariais visando conquistar novos segmentos de mercado proporcionam um movimento dinâmico, na medida da ascensão de um grande contingente populacional das classes E e D para a classe C, bem como da C para a B e, ao mesmo tempos, são observados incrementos do poder aquisitivo das classes E, D, C.

Este movimento ainda não é mais intenso devido aos juros nominais elevados, à valorização do real e à ausência de mecanismos de defesa comercial capazes de evitarem a concorrência, muitas vezes predatória, de importados.

O Governo Dilma vem aperfeiçoando as políticas públicas de transferências de renda (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada; Luz Para Todos; Pronaf); de valorizações reais do Salário Mínimo; de expansão do crédito; de redução do déficit de moradias; do Prouni o mesmo tempo, vem lançando uma segunda geração de programas, tais como: Brasil sem Miséria (busca ativa de famílias beneficiárias potenciais do Bolsa Família); combate efetivo às drogas e ao crack (orçamento de R\$ 4 Bilhões para o período de 2011/2014); Melhor em Casa para superar problemas operacionais do saúde família; construção de seis mil creches entre 2011/2014; programa Crescer de Microcrédito, Super Simples; novo estatuto do micro-empendedor individual; amparo aos portadores de deficiências físicas; ampliação do Pronaf (com assistência técnica, comercialização, qualificação de mão de obra) em assentamentos beneficiados pela reforma agrária; do segundo MCMV – Minha Casa Minha

Vida que visa atender mais de dois milhões de famílias, com prioridades para idosos, deficientes, moradores em áreas de risco e sem teto.

A Presidenta Dilma, além de acelerar o PNE – Plano Nacional de Educação – e de lançar o Pronatec, objetiva implementar, também, inúmeros novos cursos de extensão universitária, construir novas faculdades e campus universitários no interior do Brasil; distribuição de 100 mil bolsas no exterior para mestrados e doutorados, o que complementará o Programa Brasil Sem Fronteiras, da maior importância para promover a ciência brasileira.

Como já anunciado, a Presidenta pretende lançar, em curto prazo, um programa para sustentação da nova classe média, o que estimulará, com certeza, novas estratégias de investimentos de empresas públicas e privadas, nacionais e multinacionais, dos setores de bens de consumo e de serviços.

A consolidação deste movimento depende, no entanto, de mecanismos de proteção e de defesa comercial, de gradativa redução de juros, sem prejuízo do controle da inflação e de desvalorização do real, de modo a elevar a competitividade de setores produtivos mais atingidos pelas importações.

4.2- Programas Brasil Maior e Estratégia Nacional de Defesa – Aumentos da Produtividade e da Competitividade

A segunda onda em movimento diz respeito à Estratégia Nacional de Defesa, e ao programa Brasil Maior, recentemente lançado pelo Governo. Nova abordagem sobre as relações Brasil/China (3ª onda) e nova postura do BACEN (5ª onda), podem ser considerados movimentos na mesma direção: pretendem reverter a desindustrialização observada nos últimos anos, mitigar a concorrência de importações predatórias e elevar a competitividade do parque industrial brasileiro.

O sucesso da segunda onda dependerá dos desempenhos da política industrial contemplada pela END – Estratégia Nacional de Defesa – e do programa BRASIL MAIOR, o qual, como anunciado, é um programa em processo, e em progresso. Em conjunto poderão ser permanentemente aperfeiçoados, seja para incluir novos estímulos fiscais e creditícios; incentivos às inovações tecnológicas visando maior competitividade do parque industrial nacional; seja para adensar e enobrecer cadeias intersetoriais, que o Brasil reúne vantagens comparativas; seja para explorar recursos naturais, o Pré-Sal e a biodiversidade da Amazônia.

A Estratégia Nacional de Defesa contempla proteção da Amazônia, de áreas de fronteiras e de costas marítimas, o que é particularmente importante para a exploração das bacias petrolíferas nas camadas Pré-Sal. É de se esperar que a política industrial contemplada pela END seja consistente e conectada com o Programa Brasil Maior. Sem dúvida, a END, assim como adequadas explorações/beneficiamentos do Pré-sal, de terras raras e de minérios nobres, exigirão vultosos investimentos e, devem, ser estrategicamente estimulados.

Neste contexto, cabe ressaltar a importância do papel das empresas nacionais, estatais e privadas, na condução da Política Industrial de defesa. A indústria nacional de defesa começa a viver, atualmente, um processo de pleno renascimento. Pequenas empresas estão se associando a grandes empresas. Por exemplo, a Odebrecht se associou a pequenas empresas do setor e, a própria Odebrecht, entrou no processo de construção do submarino nuclear. A Embraer se associou a outras empresas criando a Embraer Defesa, que visa produzir equipamentos aeronáuticos específicos para a defesa nacional.

A existência de grandes grupos empresariais nacionais que começam a investir no setor; a melhora relativa da capacidade de investimento do Estado; o aumento relativo da capacidade instalada do país na área de ciência e tecnologia; as melhorias, na coordenação de programas de sistemas e científico-tecnológicos das três forças; são fatores bastante favoráveis para estruturar parcerias entre governo e empresas privadas e estatais, nacionais e estrangeiras.

Já o Programa Brasil Maior contempla cinco eixos principais:

1 – mecanismos de proteção de setores intensivos em mão de obra: indústrias de calçados, confecções e móveis de madeira, assim como as empresas que prestam serviços de tecnologia de informação, de comunicação e de software podem substituir, facultativamente, a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos pelo recolhimento de uma alíquota de 1,5% (2,5 para software) sobre o faturamento bruto;

2 – adensamento e enobrecimento de algumas cadeias intersetoriais baseadas em recursos naturais que reúnem vantagens comparativas, como a minero-sider-metalúrgica, o petróleo e o gás;

3 – adoção do programa “Reintegra” que passa a ser o principal dispositivo de estímulo às exportações de manufaturados com devolução imediata do equivalente a 3% do crédito tributário adquirido pela venda externa;

4 – incentivos fiscais e creditícios para setores tecnológicos de ponta em expansão no Brasil: TIC, eletro-eletrônico, Biotecnologia, nanotecnologia, fármacos; com base na rica biodiversidade abundante em várias regiões do País, etc.;

5 – compras governamentais – o Governo priorizará fornecedores nacionais sempre que apresentarem capacidade de atendimento, qualidade e preço.

A nova política industrial, embora ainda esteja em fase inicial de implementação, já está apontando na direção correta. Desonerações de impostos e de encargos sociais, assim como a concessão de incentivos fiscais e creditícios são favoráveis a decisões de investimentos empresariais compatíveis com a aceleração do ritmo de crescimento do País.

No entanto, conforme anunciado em seu lançamento, o Brasil Maior poderá incorporar novas prioridades. Neste sentido, cabe sugerir:

1 – adotar medidas para acelerar o emparelhamento tecnológico (catching – up) de setores industriais que podem adotar tecnologias disponíveis sem maiores dispêndios com Pesquisa, Desenvolvimento e Inovações. As empresas destes setores podem adquirir tecnologias disponíveis para elevar, com maior velocidade, as produtividades do capital e do trabalho, sem investimentos significativos em P, D&I;

2 – estruturar, assim como no caso da cadeia intersetorial envolvida na exploração de petróleo e gás pela Petrobrás, vantagens competitivas para adensar e enobrecer as cadeias intersetoriais de cada fonte da matriz energética (hidráulica, biocombustíveis, eólica, nuclear, etc.); a extração e o beneficiamento de terras raras e de minérios nobres abundantes no País (Nióbio, Vanádio, Titânio, Urânio, Lítio, etc.) e do desenvolvimento de novos materiais, de cerâmica avançada, de química fina, de fibras de carbono, de carboquímica, etc.;

3 – modernizar serviços públicos de saúde, de educação, de transportes, de moradias, etc., para, através de compras governamentais, promover avanços tecnológicos de fornecedores industriais de remédios, de aparelhos cirúrgicos, de plásticos, de materiais de construção residencial, de novos materiais para pavimentação etc., via compras governamentais;

4 – apoiar a silvicultura brasileira que já reúne importantes avanços tecnológicos: pleno conhecimento para selecionar tipos de árvores e de mudas segundo a qualidade do solo e do clima por subáreas geográficas; adensamento espacial do plantio; uso intensivo de mudas de árvores clonadas; corte de árvores com apenas cerca de cinco a seis anos de plantio. A silvicultura brasileira, ainda bastante intensiva em mão de obra, oferece, portanto, significativas vantagens comparativas para o desenvolvimento de importantes cadeias produtivas: celulose/papel; energias renováveis (carvão vegetal, metanol, gás, óleo de alcatrão) e insumos importantes para as cadeias sidero-metalúrgica, cimento, cerâmica, cosmética, entre outras. Ademais, através do processo de carbonização contínua, tecnologia disponível que está já em processo de utilização, o Brasil pode ser um dos principais *players* mundiais em carboquímica;

5 – desenvolver complexos industriais baseados em indústrias favoráveis ao clima e ao meio-ambiente. Aqui cabe especular que o Brasil possa vir a ser um dos mais importantes protagonistas no desenvolvimento de um novo ciclo longo de investimentos promotores de verdadeira revolução tecnológica, de mudança dos padrões de consumo e de produção da humanidade, assim como previu Schumpeter (destruição criativa);

4.3- Relações Brasil/China – Negociações De Parcerias

A terceira onda em movimento diz respeito ao recente e crescente processo de intercâmbio entre o Brasil e a China. A China tem uma estratégia para o Brasil, mas o Brasil ainda não formulou, devidamente, estratégias para avançar parcerias com a China.

A política industrial chinesa contempla, entre suas principais características, a estruturação de cadeias intersetoriais envolvidas em suas necessidades básicas de importações, com o objetivo de agregar valor, tanto no mercado doméstico quanto em suas exportações. Por exemplos: para importações de petróleo e de outras fontes energéticas, a China desenvolve plataformas e componentes, turbinas, transformadores, compressores, etc.; para importações de minérios, a China agrega valor via adensamento e enobrecimento da cadeia minero-sider-metalúrgica, e assim por diante.

De acordo com dados recentes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a China manteve a posição de principal parceiro comercial do Brasil. O comércio entre os países movimentou um total de US\$ 77,1 bilhões, refletindo aumento de 36,8% em comparação ao ano de 2010. Esse volume pode ser explicado pelo crescimento, em 2011, de 43,9% nas exportações brasileiras para o país asiático, que atingiram um volume de US\$ 44,3 bilhões. Além de uma elevação de 28,1% nas importações, que registraram US\$ 32,8 bilhões.

Estes dados mostram a necessidade do Brasil desenvolver uma estratégia específica para melhor aproveitar o estreitamento de relações com a China. São perfeitamente factíveis negociações entre empresas brasileiras e empresas chinesas visando parcerias para

investimentos em elos de cadeias intersetoriais que envolvem interesses chineses, tanto no que tange às suas necessidades de importações quanto aos seus objetivos de exportações de produtos de maior valor adicionado.

Segundo Fernando Puga em Visão do Desenvolvimento nº 89 do BNDES, Brasil e China são complementares em vários setores como o de siderurgia e de alimentos. “O grande motor do crescimento na China é o investimento em infraestrutura. Neste momento, o Brasil é um parceiro de importância crucial, pois somos fornecedores de minério de ferro. Somos fornecedores importantes para a construção e para todo o setor de infraestrutura”. “A questão alimentar é essencial já que a China tem poucas terras cultiváveis e o Brasil é uma grande fronteira agrícola”. Outro setor importante na parceria estratégica entre os dois países é o de energia, como é o caso do petróleo, cuja produção está estagnada na China. “A China aumenta a importação [de petróleo] em média para 400 mil barris por dia e sua produção doméstica está estagnada. Para o Brasil, a tendência é que aumentem as exportações e é natural que boa parte delas seja voltada para a China”.

Castro² oferece importantes subsídios para o desenvolvimento do tema. Entre suas contribuições, cabe ressaltar: “o Brasil tem de se reinventar para ser bem-sucedido em uma economia mundial radicalmente mudada pela China. Diante da competição chinesa, não adianta proteger setores industriais para que eles fiquem ‘um pouco mais sofisticados’, como se fez no passado, porque os asiáticos fazem o mesmo com maior velocidade. Mesmo se o câmbio, e o custo Brasil forem neutros, parte significativa da indústria brasileira não será competitiva porque o sistema industrial chinês é mais eficiente.”

Ainda, de acordo com Castro: “a indústria brasileira conta em vários segmentos com sofisticação técnica muito superior a de empresas chinesas, mas a história recente não recomenda confiar na diferença de estágio: “Na China há uma espécie de máquina armada em torno da competitividade. E eles são velozes. Quem fizer de conta que os chineses não existem vai morrer”. A China impõe um desafio enorme para o Brasil. Está havendo uma “ruptura histórica em grande dimensão”. O Brasil tem enormes oportunidades, por exemplo, na área de recursos naturais. O uso dos recursos naturais é obrigatório. Somos os campeões da biomassa. Também podemos entrar na corrida mundial pela energia barata. Existe, na China, uma lógica econômica que não se dá por acidente. É ingênuo pensar as empresas lá são competitivas apenas porque pagam salários baixos. Os chineses não se preocupam em usar estados da arte da tecnologia, buscam unir soluções que garantam eficiência e competitividade.

O Governo deve promover políticas específicas visando elevar a integração favorável do Brasil em suas relações com a China via parcerias entre empresas nacionais e empresas chinesas fornecedoras de máquinas e equipamentos modernos: turbinas, transformadores, plataformas para exploração de petróleo, processos de exploração e beneficiamento de terras raras e minérios industriais nobres, entre outros.

O Brasil deve, e pode, aproveitar a valorização de matérias-primas para financiar o desenvolvimento de produtos, como plástico de álcool; aços especiais usados na exploração

² O INCONFORMISTA – Tendências Pesadas – Homenagem do IPEA ao Mestre ANTÔNIO BARROS DE CASTRO – Organizadores: Ana Célia Castro e Lavínia Barros de Castro – IPEA.2011

de petróleo; aços siliciosos, usados nos equipamentos de geração e transmissão de cada fonte da matriz energética (turbinas, transformadores, sub-estações, compressores).

O desenvolvimento da matriz energética, assim como o desenvolvimento de complexos industriais baseados no beneficiamento de Terras Raras e Minérios Nobres, na cadeia minero-sider-metalúrgica, nos complexos industriais “verdes”, devem ser destacados entre as claras e evidentes oportunidades concretas para parcerias entre empresas brasileiras e chinesas fornecedoras de máquinas, equipamentos e insumos básicos para exploração de cada fonte (petróleo, gás, hidreletricidades, eólica, solar, biocombustíveis, etc.).

A construção civil, principalmente a execução de obras contempladas nos grandes projetos do PAC, oferece excelentes oportunidades para estruturação de parcerias entre empresas brasileiras e chinesas visando à produção nacional de guindastes, escavadeiras e outros equipamentos.

4.4- Aumento Da Competitividade Sistêmica – PAC (Programa De Aceleração Do Crescimento)

A quarta onda em movimento está relacionada aos programas governamentais que objetivam recuperar, expandir e modernizar a infraestrutura física do Brasil. A implementação do PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida, além de maiores dotações orçamentárias, contam com linhas de crédito de longo prazo do BNDES, da CEF, do BB e já estão impulsionando investimentos de empresas privadas e estatais, nacionais e multinacionais, tanto na estruturação de diversificada matriz energética favorável ao meio ambiente quanto na construção de logísticas integradas (rodovias, ferrovias, aquavias, portos, armazenagem, movimentação de cargas, aeroportos, etc.) de um crescente conjunto de empresas que objetivam elevar competitividade através da otimização de processos próprios de distribuição e de comercialização, para escoamento de suas próprias produções (ver dispêndios e pedidos de crédito do BNDES).

Ramo BNDES

Discriminação	Desembolso					Aprovação				
	Jan-Dez	%	Últimos 12 meses	%	Δ% 12 meses	Jan-Dez	%	Últimos 12 meses	%	Δ% 12 meses
Agropecuária	9.759	7	9.759	7	(4)	10.400	6	10.400	6	(4)
Indústria	43.849	32	43.849	32	(44)	57.545	35	57.545	35	(31)
Infraestrutura	56.096	40	56.096	40	7	62.405	38	62.405	38	(11)
Comércio e serviços	29.169	21	29.169	21	8	34.113	21	34.113	21	(5)
Total	138.873		138.873		(18)	164.462		164.462		(18)

Fonte: Boletim de Desempenho – BNDES – Dezembro/2011

Desembolso social

Discriminação	R\$ milhões					Número de operações				
	Jan-Dez	%	Últimos 12 meses	%	Δ% 12 meses	Jan-Dez	%	Últimos 12 meses	%	Δ% 12 meses
Saúde	631	7	631	7	52	7.820	18	7.820	18	68
Desenvolvimento urbano	2.812	32	2.812	32	(23)	87	0	87	0	5
Desenvolvimento rural	1.381	16	1.381	16	17	30.342	71	30.342	71	6
Saneamento ambiental	2.035	24	2.035	24	28	162	0	162	0	24
Outros	1.775	21	1.775	21	(31)	4.664	11	4.664	11	62
Total	8.634		8.634		(8)	43.075		43.075		18

Fonte: Boletim de Desempenho – BNDES – Dezembro/2011

Podem ser observados, como resultado positivo deste movimento, o crescente lançamento de fundos de investimentos de participações e de Private Equity com maior participação de fundos de pensão, de bancos de investimentos e de outros investidores institucionais, para financiar projetos tanto de aproveitamento energético de várias fontes de estruturação de plataformas logísticas integradas (PLIs).

4.5- Nova Postura do Banco Central – Convergência Entre Desenvolvimentismo e Ortodoxia

A quinta onda, em recente movimento, diz respeito às convergências entre a política fiscal e a política monetária, entre a TJLP e a SELIC.

De um lado, o Governo estabeleceu metas anuais para obter superávits fiscais anuais de 3,1% do PIB a partir de 2011, o que envolve elevados cortes nos orçamentos de gastos correntes, mas preservando e aprofundando as prioridades sociais, os programas de investimentos estratégicos, particularmente o projeto do PAC. De outro lado, o Banco Central, a partir de Tombini, vem deixando claro, que procurará compatibilizar o controle da inflação com o crescimento da produção e do nível de emprego. Neste sentido, passou a adotar medidas macroprudenciais: combinação dos instrumentos de política monetária (juros, depósitos compulsórios, fixação de prazos para empréstimos ao consumo e maiores exigências de capital das instituições bancárias) e variações do imposto sobre operações financeiras (IOF), o que proporciona espaços para políticas de crescimento sem prejuízo do controle da inflação.

Em outras palavras: o Governo está procurando aprimorar e otimizar a programação orçamentária e o Banco Central compatibilizar controle da inflação com o crescimento da produção e do emprego. Quanto maior a convergência entre o desenvolvimentismo e a

ortodoxia, maior a garantia de que o Brasil poderá sustentar o novo ciclo de desenvolvimento em curso desde 2004 – crescimento econômico acompanhado de maior competitividade da estrutura produtiva e da estruturação de uma ampla sociedade de classe média via aumento do poder aquisitivo das classes E, D e C.

Neste contexto, o Banco Central poderá aprofundar estudos de oferta por setor e, com mesmo grau de qualidade de seus estudos de demanda, efetivar projeções capazes de identificar, com antecedência, setores que poderão apresentar possíveis esgotamentos de capacidade instalada, possibilitando, ao Governo, promover investimentos setoriais, seja através de estímulos fiscais, seja flexibilizando, seletivamente, depósitos compulsórios para viabilizar a expansão do crédito, particularmente, para setores prioritários dos programas: Brasil Maior, END e PAC.

5- FINANCIAMENTOS DE INVESTIMENTOS – ALGUMAS PROPOSIÇÕES

1– Aperfeiçoamento programação orçamentária e política monetária
2– Convergência entre política monetária () e política fiscal
3– Na medida em que o Banco Central promover a convergência entre a SELIC e a TJLP e o Governo implementar o processo de desindexação, particularmente da LFT – Letra Financeira do Tesouro – e da caderneta de poupança, será factível a estruturação de um NPFLP (Novo Padrão de Financiamento de Longo Prazo) complementar ao BNDES.

4– Está em processo o crescimento de fontes de recursos disponíveis para financiar investimentos no Brasil: fundos empresariais baseados em lucros retidos, fundos de investimentos em participações, letras financeiras, fundos de pensão, investimentos estrangeiros diretos e o próprio orçamento geral da união, e fundos parafiscais - FGTS, FAT. É tão, ou mais importante: a configuração atual do sistema financeiro brasileiro em grandes conglomerados financeiros ou verdadeiros Bancos Universais Contemporâneos (BUCs) modernos e sólidos reúne condições necessárias e suficientes para estruturar modalidades de financiamento de longo prazo no Brasil baseado no crédito e na expansão/diversificação do mercado de capitais).

Como atuam como banco comercial, financeira, leasing, capitalização, seguradora, administradora de planos de previdência complementar e de consórcios, financiamentos imobiliários, corretora e distribuidora de valores mobiliários, banco de investimentos e empresas de participações, os BUCs poderão acelerar o **movimento virtuoso de mão dupla entre os grandes conglomerados financeiros e as Grandes Corporações, privadas e estatais, e as entidades representativas de vários setores, na mobilização de excedentes financeiros gerados via aumentos sucessivos de lucros, tanto dos bancos quanto de empresas, de investidores institucionais, e particularmente, de fundos de previdência complementar.**

Os grandes BUCs podem criar e/ou dinamizar instrumentos e financiamento de longo prazo (fundos de investimentos em participações, fundos de investimentos de direitos creditórios, fundos de investimentos imobiliários, fundos de investimentos baseados em recebíveis, letras financeiras, private equity, venture capital, etc.) e, ao mesmo tempo, grandes corporações, a exemplo da Cia Vale, do grupo Votorantin, das principais montadoras de veículos, entre outras, podem gerar fundos de investimentos corporativos para financiar clientes e, principalmente, fornecedores e prestadores de serviços, tais como o fundo PROGREDIR da Petrobrás em parceria com o BB e outros bancos.

Estes movimentos interempresariais poderão resultar, inclusive, em maior estratégia para estruturar maior adensamento e enobrecimento de importantes cadeias produtivas.

O Brasil já dispõe, portanto, das condições necessárias e suficientes, para estruturação de um novo padrão de financiamento de longo prazo complementar ao BNDES e ao sistema de bancos de fomento estaduais.

Ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, como grandes conglomerados financeiros ou BUCs de governo, caberão iniciativas concorrenciais estratégicas capazes de induzir o sistema financeiro privado ao comportamento defensivo diante do risco de perderem importantes segmentos de mercado.

No que tange à implementação mais rápida de projetos de infraestrutura contemplados pelo PAC e pela UNASUL, de projetos de instalação de indústrias intensivas em capital e em tecnologia, prioritários no Programa Brasil Maior e na END – Estratégia Nacional de Defesa -, cabe sugerir a criação de uma Empresa Nacional de Ativos (CODEBRAS – Cia Brasileira de Desenvolvimento S/A), cujo capital social pode ser, gradativamente, integralizado através de participações acionárias do Tesouro Nacional em empresas como PETROBRAS, ELETROBRAS, FURNAS, INFRAERO, Banco do Brasil, CEF, BNDES/BNDESPAR etc. A CODEBRAS, será uma empresa sem dívidas, mas com elevado patrimônio líquido. Poderá, com base em recebíveis lastreados pelos dividendos das empresas que comporiam o capital integralizado, efetivar sucessivos lançamentos de títulos mobiliários (debêntures, ações resgatáveis, etc.) e obter crédito de longo prazo junto a bancos nacionais e estrangeiros e agências multilaterais de financiamento (BIRD, BID, KFW, etc.) para captar recursos disponíveis nos mercados financeiros internacionais e domésticos, para viabilizar SPEs – Sociedades para Propósitos Específicos – constituídas em parcerias com investidores (fundos de pensão, bancos de investimentos, etc.) e com empresas privadas e públicas, nacionais e multinacionais, visando implementar projetos prioritários de infraestrutura e de investimentos industriais estratégicos.

6–COMPETITIVIDADE – OBSERVAÇÃO ADICIONAL

Os sistemas tributário, previdenciário, trabalhista e administrativo – institucional são da maior importância para analisar a competitividade sistêmica, particularmente do setor industrial brasileiro.

No entanto, é consenso no Brasil que os referidos sistemas devem ser reformulados. Em síntese, devem ser simplificados tornando-os menos burocráticos e mais eficientes e devem, principalmente, conter estímulos para aumentar investimentos e também, para promover melhorias na distribuição de renda.

Em poucas palavras; colocados sobre formas bem sumárias: o sistema tributário deve priorizar aumento de impostos diretos e menores impostos indiretos visando impactos distributivos favoráveis as classes de menor renda, além de estimular investimentos e exportações; o sistema previdenciário deve conter mecanismos capazes de reduzir os crônicos déficits, particularmente do funcionalismo público segundo a proposta já encaminhada ao Congresso pelo Governo Dilma; o sistema trabalhista deve contemplar a eliminação de entraves para geração de emprego e é imprescindível eliminar custos administrativos – institucionais que envolvem, entre outros aspectos, excessiva burocracia para a abertura e o

funcionamento de empresas, principalmente as exportadoras e as de micro e pequeno portes, tema que também já vem sendo objeto de propostas pelo Governo Dilma.

Porém, diante dos entraves político-federativos não foram abordados no texto, cujo tratamento adequado depende do legislativo e dos Governadores.

APÊNDICE – ALGUMAS NOTAS SOBRE PRODUTIVIDADE DO SETOR SERVIÇOS E DO COMÉRCIO

Tão importante quanto às considerações elencadas, cabe algumas colocações sobre o setor serviços. Embora existam significativas contribuições do setor serviço para aumentar a produtividade dos produtos agropecuários e dos agronegócios devido, principalmente, a atuação da EMBRAPA, e também para modernização de vários ramos industriais, do setor comercial e do próprio setor serviços, a produtividade média do setor serviços como um todo, não vem acompanhando o crescimento da demanda o que provoca pressões inflacionárias.

A conclusão do PAC, a implementação do Brasil Maior, bem como os programas de saúde e educação contribuirão, com certeza para elevar a produtividade do setor serviços. Além disso, não são nada desprezíveis os avanços na modernização das atividades de lazer, de cultura e de esportes. Cabe sublinhar que vem crescendo, significativamente, a construção de shoppings e de centros de lojas, inclusive em médias e até em algumas pequenas cidades consideradas pólos, o que tem aumentado a produtividade do setor comercial.

Incentivos fiscais, tais como redução do ISS e do ICMS, assim como linhas de créditos especiais, poderão acelerar aumentos da produtividade do setor serviços e do comércio.